

# Pela família e pela liberdade: aspectos da racionalidade neoliberal no debate sobre a ideologia de gênero

*For the Family and for Liberty: Aspects of Neoliberal  
Rationality in the Debate on Gender Ideology*

Géssica Góes Guimarães\*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o debate sobre a ideologia de gênero e o ensino no Brasil contemporâneo, com ênfase na sua articulação com aspectos da racionalidade neoliberal. Partimos da crítica de Wendy Brown sobre o papel da família na afirmação do projeto político neoliberal e avaliamos como a defesa da liberdade e da família se tornaram fundamentos da alegação de que existiria uma ideologia de gênero na educação, ameaçando a moral e a tradição. Esta pesquisa foi realizada por meio da análise do debate parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), entre os anos de 2014 e 2018.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Neoliberalismo, Planos de Educação; Democracia.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the debate about gender ideology and teaching in Brazil emphasizing its articulation with some aspects of the rationality of neoliberalism. Concerning Wendy Brown's critic about the role of "family" in the affirmation of neoliberal's political project we will consider how the defense of liberty and family has become fundamentals for the allegation of the existence of a gender ideology on education threatening the moral and tradition. This research was achieved by the analysis of the debates in the Assembly of the State of Rio de Janeiro (ALERJ), between 2014 and 2018.

Keywords: Gender ideology; Neoliberalism; Educational plans; Democracy.

O ensino de história tem importantes funções em nossa sociedade, é por meio dele que o passado individual e coletivo é analisado a partir do uso de ferramentas críticas e protocolos científicos, que nos permitem cruzar a fronteira-

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. gessicagg@yahoo.com.br

ra da memória e elaborar uma interpretação sobre o passado e o presente que possa orientar nossas ações. Ensinar história em um período de instabilidade social e econômica, crise dos valores democráticos, ameaça às instituições republicanas, retirada dos direitos da classe trabalhadora, e ainda no curso de uma pandemia, pode demandar dos docentes uma sensibilidade ainda mais aguçada para a afirmação da história como um conjunto de processos dinâmicos, que são produzidos a partir da ação humana e cujos resultados não são totalmente controlados. Embora vivendo na crise e interessada em refletir acerca dessa nossa situação contemporânea, escrevo este artigo em defesa de uma concepção de história aberta para o futuro, e do ensino de história como nossa prática ético-política de construção de mundos de possibilidades.

A sensação constante de crise que parece ter se instalado na contemporaneidade aponta para aspectos tão diversos quanto conectados. Ao mesmo tempo em que falamos em uma crise do sistema capitalista que causa o recrudescimento da exploração da mão de obra, o agravamento da pobreza em diversos países do mundo e a expansão dos sistemas financeiros, também verificamos o crescimento de movimentos radicais como a direita alternativa (*alt right*) e o aumento significativo de apoiadores de partidos que defendem políticas xenofóbicas e misóginas, tudo isso em consonância com os interesses mais violentos da agenda econômica neoliberal. Inclusive, é a bem sucedida execução dessa agenda em vários países que deve nos levar a questionar a ideia de que a experiência de crise é universal e onipresente, porque se faz cada vez mais pertinente a pergunta: crise para quem?

Assumo como ponto de partida a perspectiva crítica de que grande parte do que tem sido chamado de “crise” pode ser interpretado como o resultado da ampliação da racionalidade neoliberal em diversos âmbitos da sociedade. Sendo assim, proponho abordar nossa condição atual a partir de um viés específico, por meio do qual pretendo refletir sobre a relação entre a racionalidade neoliberal e o “pânico moral” que se instalou no Brasil da última década como desculpa para a perseguição dos estudos de gênero e dos projetos de educação comprometidos com a construção de sociedades democráticas, nas quais os direitos de todas as mulheres, todos os homens e todos aqueles que não se identificam com essa interpretação binária dos gêneros, independente de sua raça, orientação sexual, classe, religião etc., sejam garantidos e respeitados.

Para isso, pretendo analisar a função que a moralidade e a valorização da ideia de família tradicional exercem na arquitetura da racionalidade neoliberal a partir da análise da filósofa estadunidense Wendy Brown. Em seguida, proponho historicizar brevemente o surgimento do *código* “ideologia de gênero” e a perseguição aos estudos de gênero, bem como o clima de “pânico moral” na sociedade brasileira. Com esse objetivo, será analisado o debate sobre os estudos de gênero, ensino das relações de gênero e “ideologia de gênero” na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, entre 2014 e 2018. Por fim, concluirei com um breve balanço do impacto dessa conjuntura sobre os Planos de Educação e no ensino de história em nosso país, com a finalidade de pensar a nossa atuação como professoras e professores de história.

#### A FAMÍLIA COMO UM DOS PILARES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Wendy Brown, em *Nas ruínas do neoliberalismo*, está interessada em compreender como grupos antidemocráticos se fortaleceram a partir da consolidação de certa racionalidade neoliberal, na segunda década do século XXI. A autora entende que a erosão dos regimes democráticos está intimamente relacionada a características do neoliberalismo que atuam por meio da destruição das ideias de político e de sociedade. Sua análise dialoga com uma abordagem de viés marxista, que denuncia a desigualdade social sem precedentes causada pelas políticas neoliberais, e se fundamenta na perspectiva foucaultiana da biopolítica, a fim de compreender a racionalidade e a subjetividade neoliberais. Segundo a autora, o ataque ao político e à sociedade foi perpetrado em nome da liberdade e da moral, através de estruturas argumentativas que relacionam liberdade com a ausência de intervenção do Estado na vida privada e individual, e associam a moralidade a um conjunto de comportamentos tradicionais compreendidos como fundamentais para a vida em comum.

O termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, mas foi com a fundação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947, e os debates que se seguiram entre os seus integrantes, que o termo ganhou maior notoriedade. De acordo com Ana Lúcia Faria e Vera Chaia, um dos organizadores da reunião que deu origem à Sociedade, Friedrich Hayek, entendia o neoliberalismo não apenas como uma plataforma econômica, mas também

como uma visão de mundo, que precisava ganhar a opinião pública por meio da atuação dos intelectuais, professores, jornalistas e quem mais pudesse contribuir para a divulgação dessas ideias. Hayek concebeu teoricamente o neoliberalismo como um Estado “natural”, onde a liberdade emanaria de instituições orgânicas, como o mercado e a moral, cuja forma de funcionamento seria transmitida pela tradição. Na sua concepção, a tradição seria como um conjunto de normas e condutas que as pessoas não se opõem a cumprir e que são estabelecidas numa relação temporal, de maneira na qual a compulsão ao cumprimento de uma determinada norma não seria vista como impositiva, caso esta fizesse parte da tradição da comunidade e fosse reiterada como tal ao longo dos anos. Vejamos como Brown entende a questão:

A razão neoliberal, especialmente como Friedrich Hayek a formulou, coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas ontológicos. Enraizados na liberdade [*liberty*] e gerando uma ordem e evolução espontâneas, seus opostos radicais são *qualquer tipo* de política, planejamento e justiça sociais deliberados e administrados pelo Estado. (BROWN, 2019, p. 21-22)

Embora a visão de Hayek não fosse a única entre aqueles que defendiam uma orientação econômica liberal no pós-guerra, seu entendimento sobre como deveria ser o papel do Estado teve grande aceitação (ONOFRE, 2018). Sua crítica foi dirigida ao Estado como promotor de políticas que atingem as liberdades dos indivíduos, interferindo na dinâmica natural da sociedade, sobretudo quando são criadas leis e programas que reconhecem e promovem os direitos de grupos minorizados politicamente como as mulheres, os negros e os homossexuais. Como solução, a agenda neoliberal da escola austríaca propôs que o exercício do político deveria ser substituído por uma gestão técnica e a ideia de sociedade foi esvaziada em prol da valorização da família e da vida privada, com a finalidade de garantir a *esfera pessoal protegida*. “Para Hayek o maior erro da democracia jaz em sua tentativa de substituir uma ordem espontânea, evoluída historicamente, suportada pela tradição e instalada no costume, por projetos racionais mestres para a sociedade” (BROWN, 2019, p. 131). Portanto, nessa perspectiva liberal, o projeto de privatizações não se encerraria no âmbito da economia, seria também ampliado como valor moral, resultando

na destruição de espaços sociais e coletivos de construção de ideias, legitimação do conhecimento e produção de consensos.

Em sua crítica certeira, Brown afirma que o projeto neoliberal de Hayek não se efetivou; ao invés disso, aconteceu aquilo que Foucault chamou de “reprogramação do liberalismo”. Em poucas palavras, uma das características do neoliberalismo atual seria a “governamentalização do Estado” para dar suporte político aos mercados competitivos neoliberais, que não funcionam de forma natural ou autossuficiente, como preconizou Hayek.

Na esteira desse processo, a desdemocratização é caracterizada pelo esvaziamento da capacidade do Estado de promover justiça social e seguridade para a população marginalizada, sobretudo a partir da mobilização de grupos que questionam a supremacia masculina, branca e heteronormativa. Wendy Brown sublinha o quanto a esfera social é importante para que a democracia enquanto um horizonte político seja ressignificado:

Mais do que uma convicção ideológica, a justiça social – a modulação dos poderes do capitalismo, colonialismo, raça, gênero e outros – é tudo o que se põe entre manter a promessa (sempre não cumprida) da democracia e o abandono generalizado dessa promessa. O social é o local onde somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores, consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação. (BROWN, 2019, p. 38)

Na racionalidade neoliberal, a ideia de liberdade do indivíduo deve superar a legitimidade do Estado como legislador e regulador das relações sociais, sobretudo no que diz respeito às lutas de grupos marginalizados. Ana Lúcia Faria e Vera Chaia analisaram o impacto das políticas neoliberais na América Latina e concluíram que seus objetivos e conseqüências são

desconstruir completamente todos os vestígios das políticas desenvolvimentistas e da soberania nacional; mercantilizar todas as áreas da vida social; redefinir o papel do Estado concebido como mero agente dos interesses do grande capital; privatizar, globalizar e desregular a economia; reduzir o custo da força de trabalho; expropriar a classe trabalhadora de direitos e políticas sociais; transformar o emprego em trabalho e a sociedade em negócio. (FARIA; CHAIA, 2020, p. 1060)

Esses são sintomas da negação da democracia como extensão dos direitos. Nancy Fraser destaca que nas últimas décadas predominou nos Estados Unidos um modelo neoliberal progressista, cuja política de distribuição da renda esteve voltada para o enriquecimento da parcela 1% mais rica da população, mas que procurou mascarar sua brutalidade ao se associar a uma política de reconhecimento que se apresentava como inclusiva, mas na prática funcionava como uma versão meritocrática e bastante restrita de acesso de mulheres, negros e pessoas de orientação sexual LGBTQIAP+ ao circuito do capital. Na análise de Brown, as décadas de assaltos às democracias operados pelas políticas neoliberais minaram muitas das democracias ocidentais por dentro, e as conseqüências da penetração da racionalidade neoliberal nos mais diversos âmbitos da vida tem conseqüências graves, como o fato de que

(...) a racionalidade liberal desorientou radicalmente a esquerda ao moldar um discurso corriqueiro no qual a justiça social é de uma só vez banalizada e demonizada como “politicamente correta” ou caracterizada como uma *Kulturkampf* da esquerda gramsciana que visa depor a liberdade e a moralidade e que é assegurada por um estatismo blasfemo. (BROWN, 2019, p. 16)

A ampliação da área de alcance da racionalidade neoliberal se apropriou de movimentos sociais como o feminismo, o multiculturalismo e o antirracismo, incorporando com sucesso pautas desses movimentos ao funcionamento da economia neoliberal. Além disso, tem sido responsável pela afirmação de uma ideia de cidadania na qual são os próprios cidadãos que devem se responsabilizar pela sua sobrevivência e pela manutenção do sistema capitalista. No ensaio *Cidadania sacrificial* (2018), Wendy Brown analisa aspectos da retórica neoliberal, como o incentivo ao empreendedorismo, verificando os indícios de uma lógica de organização do trabalho na qual o próprio trabalhador é responsável pela continuidade da ordem capitalista, mesmo quando isso significa a diminuição de sua renda, a retração dos seus direitos e a ameaça contra a expectativa de seguridade futura. Consiste em exemplo de cidadania sacrificial o discurso do empoderamento feminino como uma artimanha para responsabilizar as mulheres pela estrutura excludente de sociedades patriarcais, quando as mulheres são incentivadas a contrair empréstimos bancários e iniciar projetos empresariais de pequeno porte sem nenhum tipo de garantia social ou seguridade para o exercício do seu trabalho (FEDERICI, 2019). Em

momentos de anunciada crise econômica, os indivíduos têm sido estimulados a cumprir o seu papel com a sociedade, abrindo mão de seus direitos para garantir o funcionamento desse sistema que os oprime, numa transferência de agência e responsabilidade para os indivíduos.

Seguindo a lógica da privatização das responsabilidades com a existência e a subsistência dos indivíduos, a afirmação da centralidade da família também pode ser compreendida como uma maneira de transferir para a esfera privada os encargos do poder público, como a educação, a saúde, a seguridade e a segurança. Para Melinda Cooper, essa delegação dos deveres às famílias se apresenta como uma alternativa ao Estado de bem-estar social e como uma fonte primária de seguridade para os indivíduos. Ademais, ela atende aos interesses tanto de grupos associados à economia neoliberal quanto daqueles que se identificam com o conservadorismo nos costumes. Brown assinalou o quanto a família como uma estrutura de poder significa não apenas uma rede de proteção para seus integrantes, mas também um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade (BROWN, 2019, p. 114).

Na interpretação de Flávia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Marco Vaggione seria possível compreender o atual contexto político e econômico na América Latina a partir do conceito de neoconservadorismo, cuja principal consequência seria a erosão da democracia em diversos países. Esse movimento estaria relacionado à construção de solidariedades políticas entre setores a priori distintos da população, tais como atores religiosos – que se mobilizam contra a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual – e defensores das políticas neoliberais. A centralidade da família tradicional para o corpo social novamente aparece como um aspecto central para ambos os grupos.

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum. (BROWN, 2019, p. 133)

Em 1993, foi realizada no Brasil uma conferência da Sociedade Mont Pèlerin, sob a organização do Instituto Liberal (IL).<sup>1</sup> Um dos objetivos dessa reunião consistia na promoção das ideias liberais no Brasil, principalmente entre professores universitários – uma vez que os membros do IL acreditavam

que predominavam nas universidades a influência do pensamento de viés político da esquerda. Para alcançar tal objetivo, foram emitidas 80 isenções da taxa de inscrição para professores universitários de vários estados do Brasil.<sup>2</sup> Entre os painéis da conferência constava o tema “Educação – bem público ou privado” (ONOFRE, 2018, p. 330). O interesse do capital privado pela expansão de seus negócios sobre a educação e a atual cruzada contra o projeto de uma educação pública, democrática, gratuita e compromissada com a justiça social são duas faces da mesma moeda (GUIMARÃES; SOUSA, 2019).

### “PÂNICO MORAL” E A PERSEGUIÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO

A pesquisadora e ativista feminista brasileira Sônia Corrêa destaca dois aspectos fundamentais em torno daquilo que grupos conservadores e reacionários têm chamado de ideologia de gênero. Em primeiro lugar, que esse termo foi concebido como uma *categoria acusatória*, numa clara utilização do termo ideologia a partir de uma carga vexatória e pejorativa, por meio da qual o que se pretende é desqualificar por completo as ideias de seu opositor. Em segundo lugar, Corrêa aponta que ideologia de gênero tem funcionado, desde a sua criação, como um *código*, que quando acionado é capaz de suscitar significados muito vastos e imbricados, cujo ponto de partida é a negação dos movimentos de mulheres e dos grupos LGBTQIAP+ e suas reivindicações, mas avança no campo conservador encontrando outras pautas. A defesa da moralidade por meio da manutenção de uma concepção tradicional da família; a intromissão cada vez mais constante da religião em assuntos políticos; a reiterada alegação de que o Estado coloca em risco as liberdades pessoais ao impor leis que beneficiam grupos minorizados da sociedade; e a mobilização em torno da ideia de encolhimento econômico e político do Estado compõe essa visão de mundo conservadora que geralmente é atrelada à carga política do termo ideologia de gênero.

No Brasil dos últimos anos esse código foi utilizado por muitos grupos políticos para inflamar as redes sociais e provocar uma espécie de pânico moral com o objetivo de aproximar concepções religiosas dogmáticas e propostas políticas neoliberais, utilizando como principal fio de enlace a ideia de liberdade e a noção da esfera pessoal protegida. Ao longo da última década, diversos partidos políticos se fortaleceram em câmaras legislativas em todo o Brasil



tendo como base um programa econômico liberal e a adoção de um conservadorismo moral. Esse foi o caso do Partido Social Liberal (PSL), partido que elegeu Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018, e que utilizou a alegação de que havia uma ameaça da ideologia de gênero sobre as crianças, as escolas e as famílias como uma das ferramentas para arregimentar votos de grupos religiosos neopentecostais, católicos e evangélicos. Aliado a essa estratégia eleitoral, um programa econômico declaradamente liberal, capitaneado por um Paulo Guedes saudosos do governo chileno de Augusto Pinochet.

Mesmo tendo o termo ideologia de gênero encontrado um cenário tão favorável no Brasil da última década, devemos notar que se trata de um fenômeno mundial, que hoje conta com manifestações, projetos de lei e grupos organizados em torno de todo o globo, e cujo início se deu no contexto das Conferências Mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1990. É buscando esse fio histórico que pretendemos desmistificar o que está por trás dessa cruzada contra os estudos de gênero e os movimentos de mulheres e LGBTQIAP+.

Os estudos de gênero se consagraram academicamente nas áreas das humanidades entre fins da década de 1970 e o início da década de 1980, sobretudo nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como a França. Esses trabalhos tinham como objetivo utilizar a categoria de gênero como uma ferramenta analítica que permitiria compreender a produção de sentidos para o feminino e o masculino numa dinâmica relacional, através da qual a noção de enunciados fixos para ambos os gêneros eram questionados, em benefício de uma abordagem que privilegiava o caráter histórico dos significados e atribuições de cada um. Dessa forma, os estudos de gênero contribuíram sobremaneira para a superação do determinismo biológico e do fatalismo do sexo na compreensão sobre como o feminino e o masculino são construídos socialmente em cada cultura e em cada tempo.

Foi na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que aconteceu em 1994, na cidade de Cairo, no Egito, que a categoria se tornou alvo de disputas nos debates e na elaboração dos documentos oficiais. Apesar da discordância em torno da utilização da categoria, nos relatórios da Conferência, gênero foi aplicado para se referir à situação histórica e social das mulheres sem universalizar as suas experiências, em substituição a termos em voga como “condição feminina”. Mas foi na IV Conferência Mundial das Mu-

lheres, no ano seguinte, que as disputas alcançaram maior grau de politização. Meses antes do início da Conferência, o Vaticano iniciou a mobilização de seus apoiadores por meio da publicação de documentos e organização de reuniões com o objetivo de disputar naquele cenário político os significados para as ideias de mulher e de feminino que deveriam nortear os debates e os acordos internacionais.<sup>3</sup>

A questão que se iniciou no papado de João Paulo II foi marcada pela atuação conservadora de Ratzinger como cardeal; encontrou um terreno favorável quando este ascendeu à direção do Vaticano como Papa Bento XVI; e nos últimos anos alcançou a liderança religiosa do Papa Francisco I. Ao longo desses três papados, o que percebemos é que, apesar do perfil distinto dos três líderes, a condução do debate acerca dos direitos das mulheres sempre esbarra na concepção dogmática da Igreja Católica sobre o papel da mulher na sociedade, baseada no referencial bíblico de Maria, que associa a mulher ao cuidado, ao recato, à subserviência e à abnegação; assim como a concepção biologizante do sexo e a vocação feminina para a reprodução da espécie, cancelando qualquer interpretação sobre os corpos e as pessoas que não tenha como objetivo o relacionamento heterossexual reprodutivo.<sup>4</sup>

Desde 1995, o código ideologia de gênero tem sido mobilizado como uma ferramenta de ataque político, que busca a deslegitimação dos estudos sobre mulheres e sobre gênero e a negação das pautas dos movimentos feministas e LGBTQIAP+. De acordo com Silas Silva, a ideologia de gênero pode ser compreendida como um elemento discursivo articulado transnacionalmente, de maneira que o conteúdo desse discurso e suas formas de expressão não seriam fixas ou homogêneas, o que permite que em diferentes contextos sociais e políticos o sentido do termo possa ser apropriado pelos interesses circunstanciais, embora mantenha um núcleo estável de significado, como descrito acima.

Tendo isso em vista, o surgimento do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*, em 2016, no Peru, é um bom indício dessa transnacionalidade. Segundo Viviane Araújo, o movimento peruano emergiu do cenário de debates sobre a implantação da perspectiva analítica de gênero no novo Currículo Nacional, que deveria vigorar no ano seguinte. A articulação conservadora contrária à adoção da categoria nos textos oficiais e da perspectiva analítica de gênero foi tão grande que atualmente o CMHNTM já possui grupos organizados em outros países como a Argentina e os Estados Unidos (ARAÚJO, 2020, p. 92).

A historiadora brasileira sublinha que um dos lemas do movimento peruano, “Não quero ‘famílias democráticas’, quero uma família de verdade”, é indício da reação dos grupos conservadores ao discurso político que aproximou “família” e “democracia”. Segundo Araújo,

o vocabulário utilizado e a vinculação entre os conceitos de família e de democracia causou indignação por parte destes coletivos, os quais se apresentam como pró-família, e de lideranças religiosas e conservadoras que mais uma vez chamaram a atenção para os riscos de subversão de uma ordem moral “natural”, da interferência do Estado na esfera privada e da imposição daquilo que chamam “ideologia de gênero”. (ARAÚJO, 2020, p. 98)

Nessa lógica, a atuação do Estado de justiça social não é compreendida como um atributo do fazer humano, característico do político, mas como uma intromissão nefasta na vida coletiva. A consequência direta dessa privatização da esfera moral e da acusação de que o Estado coloca em risco as liberdades individuais quando interfere em relações sociais assimétricas seria a desvalorização de sua vocação política. A dicotomia entre o público e o privado é novamente acionada, em prol do encerramento nos ambientes domiciliares e na esfera particular das questões que envolvem as condições históricas de vida, violência e exploração das mulheres e das pessoas que não se identificam como cis ou como heterossexuais.

#### OS DEBATES SOBRE GÊNERO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014-2018)<sup>5</sup>

Em 15 de maio de 2014, o então deputado estadual pelo Progressistas (PP), Flávio Bolsonaro, enviou à ALERJ um projeto de lei, de número 2974/2014, com o objetivo de instituir o Programa Escola sem Partido no estado do Rio de Janeiro. A tramitação do projeto se estendeu até o ano de 2018, quando o debate passou girar em torno do substitutivo, o PL 4492/2018. Ao longo desse processo, por diversas vezes a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro se reuniu para debater o mérito do projeto e demais propostas que visavam combater o “avanço da ideologia de gênero” na rede estadual de ensino. O projeto de 2014 tinha como base o texto fundador do movimento Es-

cola sem Partido no Brasil, elaborado pelo advogado Miguel Nagib, em 2004. Baseado no direito do consumidor, o projeto de lei concebia a educação como um bem e não como um direito, e assim tinha como pressuposto a ideia de que as crianças seriam propriedades de seus pais. Por isso, a família deveria ter absoluto controle sobre o tipo de educação e os conteúdos que deveriam ser apresentados aos seus filhos, a fim de garantir que a formação escolar fosse idêntica às concepções de mundo, ideologias e preconceitos arraigados nas estruturas familiares e sociais nas quais os estudantes estavam inseridos. Assim como o programa do ESP, o projeto de Flávio Bolsonaro sugeria que a educação sofria com a “doutrinação política e ideológica em sala de aula” e com o ensino de “conteúdos que [poderiam] estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais” (ALERJ, PL 2974/2014, 2014). No texto do projeto é afirmado que

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – por vezes incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais. (ALERJ, PL 2974/2014, 2014)

Na redação do projeto, é frequente o uso da palavra “liberdade”, destacamos os seguintes pontos no Artigo 1º:

(...)

III- liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade da consciência;

IV- liberdade de crença;

(...)

VI- educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença. (ALERJ, PL 2974/2014, 2014)

E no Artigo 5º,

As escolas das redes pública e particular deverão educar e informar os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio sobre os direitos que decorrem da liberdade de consciência e de crença asseguradas pela Constituição

Federal, especialmente sobre o disposto no artigo 3º desta lei. (ALERJ, PL 2974/2014, 2014)

O emprego da palavra liberdade é recorrente em todo o projeto, sempre revelando uma concepção de liberdade que a relaciona com a noção da “esfera pessoal protegida”, da qual nos fala Wendy Brown. Liberdade aqui não concede lugar para a abertura de horizontes, para o aprendizado do mundo ou a possibilidade de mudança, liberdade significa apenas a condição inescapável de manutenção do status quo, aqui travestido de natureza e moralidade. No Artigo 4º do mesmo projeto, fica muito claro como essa privatização da ideia de liberdade exige o fortalecimento de uma dada concepção de família como agente regulador das relações sociais e como bastião da autoridade. Vejamos:

Os conteúdos morais dos programas das disciplinas obrigatórias deverão ser reduzidos ao mínimo indispensável para que a escola possa cumprir sua função essencial de transmitir conhecimento aos estudantes.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado de Educação poderá criar disciplina facultativa para a educação de valores não relacionados ao cumprimento da função referida no caput deste artigo, cabendo aos pais ou responsáveis decidir sobre a matrícula de seus filhos. (ALERJ, PL 2974/2014, 2014)

Dessa forma, a educação, como direito essencial de todos os seres humanos e como meio de promoção do conhecimento, exercício da cidadania e formação para a vida em comunidade, tem sua função social esvaziada quando é apenas concebida como um conjunto de conteúdos instrumentais que devem ser selecionados a partir dos interesses particulares, e não como resultado de um processo coletivo de construção de metas e objetivos para o ensino. O fortalecimento de um modelo de família a partir de concepções da moral neoliberal contribuiu para a emergência de diversos ataques às práticas democráticas e, no limite, tem como objetivo impossibilitar a construção política de projetos que tenham como objetivo a justiça social. Essa particularização acerca da amplitude do acesso à informação e ao debate de questões sociais é mais um dos traços autoritários desse projeto. Falsificando a ideia de liberdade, o projeto pretende inverter a conquista social da educação pública como um direito, ao sugerir que o sistema educacional como um todo seja uma imposi-

ção do Estado às famílias e aos indivíduos. Vejamos como esse aspecto é apresentado no texto do PL 2974/2014:

Com outras palavras: o governo, as escolas e os professores não podem se aproveitar do fato de os pais serem obrigados a mandar seus filhos para a escola, e do fato de os estudantes não poderem deixar de frequentar as disciplinas obrigatórias, para desenvolver nessas disciplinas conteúdos morais que possam estar em conflito com as convicções dos pais ou dos estudantes. (ALERJ, PL 2974/2014, 2014)

A defesa da esfera pessoal favorece diretamente os interesses privatistas que avançam no Brasil sobre a educação pública, assim como possibilitam que projetos de mercantilização do ensino sejam apoiados por amplos grupos da sociedade brasileira sob a alegação da liberdade de escolha dos pais sobre os conteúdos que devem ser ensinados aos seus filhos. Como consequência direta desse processo, mesmo sem a aprovação do referido projeto, muitos docentes e profissionais da educação no estado do Rio de Janeiro sofreram perseguições e foram indiciados em razão de denúncias dos estudantes e de seus responsáveis.

No ano de 2015, foi votado na ALERJ o projeto de lei 2054/2013, de autoria do Poder Executivo, “que estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos e agentes públicos que discriminem a pessoa em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero” (ALERJ, PL2054/2013, 2013). Na declaração de voto acerca do projeto, os deputados se movimentavam em torno da questão em duas linhas argumentativas bem delineadas: 1- aqueles que eram contrários ao projeto afirmavam que o mesmo feria a liberdade de crença e a liberdade de expressão dos indivíduos, sobretudo aqueles cujas religiões condenavam qualquer forma de identidade de gênero e orientação sexual fora do espectro heteronormativo; e 2- também havia aqueles que apoiaram o projeto assinalando a escalada dos preconceitos na sociedade brasileira e a necessidade de defender os direitos de todas as pessoas, construindo uma sociedade democrática. Nesse aspecto, é imperativo destacar como os ataques ao projeto empregam a palavra *liberdade* em seus discursos com mais frequência do que utilizam a palavra *democracia*.

Em 6 junho de 2015, no contexto de debate acerca do projeto sobre o combate a discriminação de gênero, o deputado estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) Jânio Mendes proferiu um discurso no qual desta-

cou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como uma importante referência para pensar a questão. Segundo o deputado, a CNBB

nos chama a uma reflexão neste momento, quando ela, que sempre foi a guardiã dos direitos humanos e das conquistas sociais, jamais negaria a oportunidade de um debate que se faz necessário. Estou falando da proposta da ideologia de gênero, que se tentou avançar no Plano Nacional de Educação e que hoje se tenta incorporar aos planos municipais e ao Plano Estadual de Educação. A CNBB chama a uma reflexão para os riscos da ideologia de gênero, daquilo que se propõe convencionar ‘deixamos de nascer menino ou menina e vamos formar, ao longo da vida, aquilo que seremos’. Chama a atenção a CNBB para o fato de as próprias lutas dos homossexuais, das lésbicas e travestis podem se encerrar com o princípio da ideologia de gênero, pois o homem heterossexual e o homem homossexual deixam de existir, pois não se nasce homem, não se nasce menino. (ALERJ, Discurso na sessão de 06/06/2015, 2015)

Mendes, que se identifica como um militante católico, recorreu à CNBB por mais uma razão: não apenas foi por meio da Igreja Católica que o termo ideologia de gênero ganhou circulação em diversos países do mundo, bem como em 2014 e em 2015 a CNBB emitiu notas, publicou cartas e se manifestou publicamente inúmeras vezes contrária à inclusão dos estudos de gênero e do debate sobre a igualdade de gênero nos Planos de Educação.<sup>6</sup> Sob a alegação de que havia uma ideologia de gênero ameaçando o futuro das crianças e da família tradicional, a liderança católica do Brasil fez amplo uso do termo “ideologia de gênero” como uma categoria acusatória e forneceu argumentos para os debates políticos nas legislaturas.

O deputado Samuel Malafaia, que em 2015 estava filiado ao Partido Social Democrático (PSD) e que compõe a chamada “bancada evangélica”, argumentou que o termo “orientação sexual” ainda não havia sido inserido nas Constituições Federal e Estadual, carecendo de maior estudo e compreensão sobre o mesmo e defendeu que as igrejas evangélicas não deveriam ser incluídas entre os estabelecimentos sujeitos às sanções do projeto, uma vez que as mesmas não poderiam ser punidas por professarem sua fé – o que inevitavelmente acarretaria em atos discriminatórios. O deputado Flávio Bolsonaro afirmou, em sua declaração de voto contrário ao projeto, que o que “temos conversando nas ruas com as pessoas é exatamente o contrário: é a tentativa de se impor

goela abaixo da população atentados contra os costumes majoritários do nosso País, doa a quem doer” (ALERJ, Discurso na sessão de 06/06/2015, 2015). É possível notar como a alegação aos costumes majoritários em nosso país tem como objetivo criar discursivamente uma objeção direta a qualquer transformação na vida social e, além disso, coloca em polos opostos a esfera moral e o compromisso ético-político pela igualdade de direitos para todas as pessoas.

Ainda na mesma sessão, na qual constam as declarações de voto dos deputados acerca do projeto de lei 2054/2013, o deputado do Partido Social Cristão (PSC), Marcio Pacheco, afirmou que

O homem pode promover verdadeiros assombros no que diz respeito à sexualidade, promovendo crimes absurdos. Com isso, não estou dizendo que homossexuais e aqueles que defendem a liberdade sexual façam isso. Estou dizendo que, quando isso não está previamente definido, em algum momento deste nosso mundo, uma atrocidade poderá – poderá – ser determinada como uma orientação. E aí, o nosso Parlamento pode se arrepender pelo voto que deu. (ALERJ, Discurso na sessão de 06/06/2015, 2015)

Na fala de Pacheco há a sugestão de que crimes como a pedofilia poderiam ser encorajados ou protegidos pelo avanço do debate sobre orientação sexual e os estudos de gênero. O deputado ignora propositalmente todo acúmulo de debate e conhecimento que já havia sido elaborado sobre identidade de gênero e sexualidade, ao afirmar que imprecisão conceitual e falta de amparo legal criaria oportunidades para que leis que buscam combater discriminações estimulem atos criminosos.

O projeto de 2013 foi modificado por inúmeras emendas e um substitutivo foi apresentado para a votação na ALERJ, em 2015. Uma das mudanças significativas foi a retirada da palavra gênero do texto final, e a opção por expressar todas as questões que dizem respeito às discriminações provocadas pelos papéis sociais de gênero pelo termo “orientação sexual”, o que modifica significativamente o conteúdo em debate. Além disso, a lei que foi aprovada foi modificada pelo artigo sexto, que determina que estão excluídas dessa jurisdição instituições e templos religiosos. Jânio Mendes, que votou a favor do projeto, justificou seu voto afirmando a pertinência das modificações, enquanto Bolsonaro, Malafaia e Pacheco declaram voto contrário ao projeto.



Embora o escopo deste artigo não nos permita analisar os meandros da tramitação de todos os projetos e dos debates em torno da “ideologia de gênero” no período selecionado pela pesquisa, é importante citar que, em 2017, a deputada Enfermeira Rejane, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), propôs o projeto de lei 3350/2017, sobre a criação do “Dia estadual da luta contra a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia”. Na tramitação do projeto, o deputado Fabio Silva, do Democratas (DEM), propôs a modificativa para a ementa, que passaria a ter a seguinte redação: “Dia estadual da luta contra a ideologia de gênero nas escolas”. Sem acordo sobre o tema, a plenária arquivou o projeto, que voltou a tramitar no final de 2019, sem avanço no debate e com a permanência da confusão deliberada sobre o significado de gênero como uma categoria analítica.

## OS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM DISPUTA

Em discurso na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 2016, o deputado Marcio Pacheco convocava os demais parlamentares para mais um ato da cruzada anti-gênero:

Para terminar, o combate que vamos fazer a partir de agosto: tiramos do Sistema Estadual de Educação o termo “ideologia de gênero”. Agora, nossa luta é retirar do Plano Estadual de Educação, que virá para esta Casa em agosto. Certamente, com a participação dos Deputados vamos mostrar que a ideologia de gênero não colabora com iniciativa de fortalecer a infância, a criança, a educação e a família. (ALERJ, Discurso na Sessão de 30/06/2016, 2016)

A análise dos projetos em tramitação na ALERJ e dos discursos dos deputados nos permite averiguar como o debate sobre gênero esteve presente no período privilegiado por este artigo e, em grande medida, o motivo dessa recorrência, que era também a elaboração do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais de Educação. A defesa da igualdade de gênero no ensino e, por outro lado, a perseguição à categoria gênero – a ponto de grupos conservadores exigirem a retirada de qualquer menção a gênero no Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 – deu o tom para o debate exacerbado que se seguiu na elaboração dos demais Planos de Educação.

Preparando o cenário para o embate político, um grupo de deputados conservadores, conhecido como “bancada evangélica”, composto por Milton Rangel, Samuel Malafaia, Dr. Deodalto, Tia Ju, Flavio Bolsonaro, Calos Macedo, Filipe Soares, Edson Albertassi, Marcio Pacheco, Fabio Silva e Rosenverg Reis apresentaram na Assembleia Legislativa Estadual o projeto de lei 1615/2016, sobre “A proibição de lecionamento de qualquer temática relacionada a ideologia de gênero no âmbito educacional do estado do Rio de Janeiro”. No texto do projeto, fica vedado aos docentes da rede estadual de ensino que ministrem conteúdos sobre “ideologia de gênero, orientação sexual e congêneres”. Como o termo ideologia de gênero é utilizado como categoria acusatória, sem que se tenha efetivamente sido comprovada sua existência enquanto prática pedagógica, da mesma maneira que o termo “orientação sexual” foi comparado à pedofilia, podemos imaginar que a menção aos seus “congêneres” seja uma porta aberta para uma variedade de distorções, que ignoram os estudos de gênero, a história das mulheres, as lutas dos movimentos sociais, e outras imposturas causadas por essa imprecisão deliberada. Na justificativa do PL 1516/2016, encontramos a seguinte argumentação:

Partindo do pressuposto de que os estudantes são a parte mais vulnerável do processo educacional, cabendo aos pais definir os valores e princípios repassados aos filhos e ao Estado por meio de políticas públicas assegurar-lhe sua formação e instrução intelectual, fica claro que especular a introdução na grade curricular de ensino o lecionamento da ideologia de gênero e congêneres foge das atribuições do Estado e invade o âmago das famílias. (ALERJ, PL 1516/2016, 2016)

Mais uma vez, é evidente a oposição de forças entre a família e o Estado e, operando a partir de uma lógica que é conservadora, mas que também encontra ressonância na racionalidade neoliberal, a família é valorizada como uma instituição forte e capaz de exercer a autoridade em defesa da moral, mesmo quando o Estado pretende intervir, modificando os costumes por meio de leis que possibilitem à sociedade a transformação das formas de pensar e das relações sociais. Esse tipo de Estado que intervém na esfera privada e familiar para modificar comportamentos cristalizados é identificado como um inimigo por aqueles que consideram que tanto a moral de um grupo quanto o mercado são mecanismos orgânicos e que as intervenções estatais são nefastas nas duas esferas. Como destaca Wendy Brown, essa crítica tem sido emprega-

da contra as políticas de igualdade de direitos, justiça social e programas de distribuição de renda. Por outro lado, também é possível identificar os defensores do Estado mínimo se apropriando da máquina do poder para impor sua crença e modo de vida, em uma afronta ao Estado laico. Bem como o constante assalto aos cofres públicos pelos conglomerados e instituições financeiras, cada vez mais sedentos do subsídio estatal e financiamento para suas operações são a comprovação de que o que está em questão não é o tamanho do Estado, mas o controle de seus recursos.

Como nos diz Silas Silva, no Brasil, a ideologia de gênero geralmente não aparece de forma isolada, “ela surge interdiscursivamente junto a outros elementos discursivos e/ou “demandas educacionais”, como as ideias de doutrinação nas escolas, marxismo cultural, kit-gay, privatização das universidades públicas e o movimento anti-ciência” (SILVA, 2020, p. 413). Em “Ideologia de gênero e seus sentidos”, Silva retoma a reflexão de Judith Butler para afirmar a importância de fortalecermos a luta pela “pedagogia em diversidade de gênero”, de forma a construir para a educação um espaço no qual a abordagem do sexo como um dado exclusivamente biológico e dos papéis fixos de gênero possam encontrar outros matizes, a fim de permitir um entendimento que não seja prescritivo sobre como as pessoas devem se comportar ou como devem ser suas existências. Assim, transformando o ambiente escolar em um lugar de conversa, compreensão e conhecimento.

O Plano Nacional de Educação que vigora hoje no Brasil sofreu com os impactos dessa disputa política e os debates sobre igualdade de gênero e de orientação sexual foram suprimidos por termos mais genéricos, como “erradicação das formas de discriminação”. A categoria gênero foi completamente retirada do texto do documento. Toni Reis e Edla Eggert (2017), em “Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros”, analisam a legislação sobre direitos humanos e igualdade de gênero no século XX e nos ajudam a compreender que essas ações contra os estudos de gênero e a reivindicação de igualdade de gênero ferem os direitos humanos e nos colocam no limite de uma sociedade democrática. A aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2014, tornou presente a necessidade de que fossem elaborados também os Planos Estaduais e o Planos Municipais de Educação, e o clima de disputa sobre os debates e as questões de gênero se estenderam para as esferas estaduais e municipais. Jorge Najjar, Marcelo Mocarzel e Kari-

ne Morgan fizeram um levantamento e analisaram os Planos de Educação de 89 municípios do estado do Rio de Janeiro. Segundo os autores,

Estratégias relacionadas à violência doméstica e sexual, sobretudo contra a mulher, aparecem em 34 (cerca de 38%) dos PME analisados, ressaltando a importância do ambiente escolar para a proteção e combate a essas práticas. Entretanto, somente 21 planos abordam diretamente as questões de gênero em seu corpo, o que equivale a menos de  $\frac{1}{4}$  dos textos legais analisados. (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020, p. 1039)

Os pesquisadores também concluíram que no conjunto dos PMEs analisados as questões de gênero e sexualidade não têm o destaque que a matéria demanda, e são abordados tangencialmente na maior parte dos Planos, como tema de formação docente ou estratégias para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em grande medida, isso se dá também pela inconstância e falta de precisão com a qual os temas são abordados e nomeados, tal como: “gênero; sexualidade; igualdade de gênero; igualdade sexual; intolerância sexual; orientação sexual; bem-estar sexual; e mesmo condição sexual” (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020, p. 1039). Desconhecimento, preconceito e estratégia política de deslegitimação desses estudos e temas são algumas das causas da atual configuração dos Planos de Educação no estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, é muito compreensível que ao lado do avanço das práticas econômicas neoliberais também estejamos assistindo a uma mudança na forma como algumas sociedades contemporâneas compreendem a educação, principalmente a partir de um ideal específico de liberdade, e não como um compromisso com um projeto democrático. Para não perdermos de vista que esse é um processo complexo e que não acontece apenas no Brasil, é pertinente sinalizar que, segundo Valerie Strauss, em “*There is a movement to privatize public education in America*”, já existem nos EUA sistemas de *voucher* para os pais matricularem os filhos nas escolas de sua preferência ideológica, evitando que as crianças tenham contato com a diferença (STRAUSS apud BROWN, 2019, p. 133).

Mesmo tendo esse cenário como horizonte de enfrentamento, é necessário sublinhar que o contexto geral não é apenas de crise, é também de disputa. Na ALERJ, por exemplo, deputados de diversos partidos da oposição, como o

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), se posicionaram contra os projetos de implantação do programa Escola Sem Partido e contra iniciativas com o mesmo teor ideológico. Em 2014, o então deputado do PT, Carlos Minc, apresentou o projeto de lei 3289/2014, sobre o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. O projeto de Minc não tratava de questões relacionadas aos estudos de gênero e nem mesmo empregava essa categoria para expressar seus objetivos, o foco do projeto de lei era o combate à violência contra as mulheres por meio da divulgação, conhecimento e debate sobre o conteúdo da Lei Maria da Penha (2006) nas escolas da rede estadual de ensino. Mas, ainda assim, o projeto foi rejeitado pelos parlamentares que o associaram imediatamente com o que eles denominaram como ideologia de gênero. Assim, mais uma vez o debate necessário sobre os direitos das mulheres e a importância de uma educação consciente e engajada na luta por justiça social foi sequestrado pela ala conservadora e sua retórica do “pânico moral”.

Em seis de junho de 2016, Waldeck Carneiro, deputado eleito pelo Partido dos Trabalhadores, fez um discurso na plenária em defesa da escola democrática. Em sua análise de conjuntura, relacionou a crise do capitalismo com o avanço da agenda conservadora na economia e nos costumes. Vejamos como o parlamentar argumentou, relacionando o avanço dos interesses elitistas e o fortalecimento da ala conservadora:

Como parte de sua estratégia, para sair da crise, para redefinir os seus padrões de acumulação, o capitalismo avança com agendas conservadoras no campo da economia. Isso explica, em muitos países, o recrudescimento de políticas macroeconômicas de cunho mais monetarista, que tentam avançar na direção de direitos dos trabalhadores, de conquistas sociais, como aqui falava, agora há pouco, a Deputada Enfermeira Rejane, agendas conservadoras no campo da política, e isso explica uma série de intervenções autoritárias e de golpes de Estado que se sucederam na América Latina nos últimos anos.

Quero lembrar o golpe em Honduras; no Paraguai; o golpe em curso no Brasil, governado hoje por um chefe de um Executivo interino provisório e golpista, e uma agenda conservadora também no campo da cultura, no campo simbólico, no campo dos valores, modos e hábitos. E é neste último aspecto, nesta última gaveta

que se encerra e se insere esse debate que vem sendo apresentado sob a alcunha de “escola sem partido”. (ALERJ, Discurso na sessão de 06/06/2016, 2016)

A fala do deputado apresenta os dois processos associados: o avanço do capitalismo mascarado pelo discurso da crise, que legitima políticas de ampliação da exploração da classe trabalhadora e a implantação de programas de governo neoliberais que atacam o Estado social; e, como segundo aspecto, a adoção de medidas conservadoras também nas formas de pensar, nos costumes e na disputa pelo controle da cultura e da educação. Dez dias depois, ainda no debate sobre o projeto encaminhado por Carlos Minc, Carneiro manifestou sua posição favorável ao projeto e dessa vez o deputado destacou a vasta produção acadêmica e científica sobre os estudos de gênero e sexualidade, escancarando o descaso dos demais parlamentares em buscar uma compreensão mais ampla para o debate. Vejamos:

Em toda a literatura disponível, sobretudo a que começa nas sociologias americana, inglesa e francesa, a sociologia do gênero foi se consolidando como um campo importantíssimo das ciências sociais. O Brasil tem pesquisadores consagrados no campo da sociologia do gênero, tem programas de pós-graduação qualificadíssimos pela Capes que tratam da sociologia do gênero. Toda a literatura disponível, quando se refere à questão de gênero, diz respeito principalmente a três grandes e complexas questões.

A primeira: as pessoas têm o direito de manifestar a sua sexualidade sem serem penalizadas, atacadas, sem serem castigadas por isso. (...)

O segundo ponto importante da sociologia do gênero diz respeito aos direitos sociais das mulheres na relação com os homens. (...) Esta é uma questão também da sociologia do gênero, a discussão sobre o direito social, sobre o lugar social das mulheres.

O terceiro grande ponto diz respeito aos direitos civis, já mencionados aqui também pelo Deputado Luiz Paulo, das pessoas que mantêm relações homoafetivas estáveis – direito à pensão, aposentadoria, herança –, que várias sociedades do mundo, inclusive o Brasil, têm disciplinado e regulamentado. Este é o campo da sociologia do gênero. (ALERJ, Sessão de 16/06/2016, 2016)

Podemos concluir que mesmo em um cenário marcado por atitudes discriminatórias, permanência de concepções preconceituosas e certo obscuran-

tismo que pode ser notado nos discursos anti-ciência, o espaço público ainda é terreno em disputa, no qual os valores democráticos para a educação têm sido defendidos pela comunidade escolar, pela comunidade científica, por parlamentares e por muitos grupos da sociedade. Em 2024 o atual Plano Nacional de Educação deverá ser finalizado, teremos como tarefa elaborar uma profunda avaliação do PNE vigente, apontando avanços e problemas, e, mais do que isso, precisamos disputar em 2024 – e a cada dia – os espaços de produção coletiva de projetos para nosso futuro.

Para finalizar, destaco que um de nossos maiores desafios consiste em fortalecer os espaços coletivos de produção, validação e divulgação do conhecimento, uma vez que um dos objetivos da racionalidade neoliberal consiste exatamente na destruição do político, da sociedade e dos espaços de construção coletiva e de justiça social. Por isso, uma das grandes contribuições que a educação e o ensino de história em particular podem nos oferecer é a consolidação de nosso compromisso com os outros, para além de nosso círculo familiar, para além de nossa “esfera pessoal protegida”, reforçando laços de solidariedade e respeito, para podermos imaginar e construir outros futuros.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Viviane. Não se Meta Com Meus Filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, n. 18, abr., p. 86-106, 2020.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COOPER, Melinda. *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Nova York: Zone Books, 2017.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico”. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. 1-16, 2018.
- FARIA, Ana Lúcia; CHAIA, Vera. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia

- neoliberal na América Latina e no Brasil. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 1059-1080, set/dez 2020.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução*. Editora Elefante: São Paulo, 2019.
- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GUIMARÃES, Géssica; SOUSA, Francisco Gouvea de. Desmonte ou reconstrução da Universidade? Entre o capital e a democratização. *Revista Hydra*. v. 4, n. 7, p. 103-131, 2019.
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *O papel dos intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado em História. Instituto de História. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018, 368p. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2042.pdf>. Acesso em: 10/08/2021.
- NAJJAR, Jorge; MOCARZEL, Marcelo; MORGAN, Karine. Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. *Ensaio*: aval. Pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 1033-1053, out./dez. 2020.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar, 2017.
- SILVA, Silas. Ideologia de gênero e seus sentidos: Embates hegemônicos acerca do ensino ediscussão de gênero na educação. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8 , n. 1 , p. 400-426, jan./jun. 2020.

#### Documentos do Vaticano

- VATICANO. *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo*. 2004.
- VATICANO. *Carta do Papa João Paulo II às mulheres*. 1995.
- VATICANO. *“Homem e mulher os criou” para uma via de diálogo sobre a questão do gender na educação*. 2019.

#### Documentos da ALERJ

- ALERJ, Ata da Sessão de 06/06/2015, sobre o Projeto de Lei 2054/2013, 2015.
- ALERJ, Ata da Sessão de 16/06/2016, sobre o Projeto de Lei 3289/2014, 2016.
- ALERJ, Discurso do Deputado Jânio Mendes na Sessão de 06/06/2015, 2015.
- ALERJ, Discurso do Deputado Márcio Pacheco na Sessão de 30/06/2016, 2016.



ALERJ, Discurso do Deputado Waldeck Carneiro na Sessão de 06/06/2016, 2016.

ALERJ, Projeto de Lei 2054/2013, 2013.

ALERJ, Projeto de Lei 2974/2014, 2014.

ALERJ, Projeto de Lei 3289/2014, 2014.

ALERJ, Projeto de Lei 1516/2016, 2016.

## NOTAS

<sup>1</sup> O IL é considerado por Gabriel Onofre como um dos primeiros institutos que podem ser caracterizados como think tanks de orientação econômica liberal no Brasil, atuando de maneira pioneira e influente nas décadas de 1980 e 1990 (ONOFRE, 2018, p. 332).

<sup>2</sup> Gabriel Onofre afirma que as inscrições seriam em torno de \$1.500,00, em valores atuais.

<sup>3</sup> VATICANO. Carta do Papa João Paulo II às mulheres. 1995.

<sup>4</sup> Alguns dos documentos onde essa posição da Igreja Católica pode ser verificada são: Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo, de 2004, e “Homem e mulher os criou” para uma via de diálogo sobre a questão do gender na educação, de 2019.

<sup>5</sup> Essa pesquisa foi realizada no escopo do projeto “Teoria de gênero e o ensino de história: por uma prática pedagógica democrática”, que recebeu financiamento da FAPERJ de outubro de 2019 a setembro de 2021, e contou com a atuação da pesquisadora bolsista de Iniciação Científica Bianca Costa Matos. A pesquisa sobre os debates na ALERJ foi realizada de maneira totalmente remota, por causa da exigência de isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19.

<sup>6</sup> Em 11 de junho de 2015, a Regional Sul 1 da CNBB, que corresponde ao estado de São Paulo, lançou uma nota sobre a ameaça da ideologia de gênero sobre os Planos Municipais de Educação. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/regional-sul-1-divulga-nota-sobre-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>. Acesso em: 17/09/2021. Tal posicionamento foi confirmado por uma Nota sobre a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação, assinada pelo Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunido em Brasília (DF), entre 16 e 18 de junho. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>. Acesso em: 17/09/2021. Outras regionais como a Leste 2 (MG) também lançaram notas com o mesmo conteúdo.

---

Artigo submetido em 21 de setembro de 2021. Aprovado em 13 de janeiro de 2022.